



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1290

AS MARCAS DAS RELAÇÕES INDÍGENA E NÃO INDÍGENA NAS CARTAS DE PERO VAZ DE CAMINHA E DE CABEZA DE VACA

Arléto Pereira Rocha
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. Esta é uma pesquisa interdisciplinar face às diferentes áreas de conhecimento abrangidas - Geografia, Letras, História – sobre os primeiros documentos oficiais escritos na conquista europeia no espaço hoje brasileiro: a Carta de Pero Vaz de Caminha e Comentários de Cabeza de Vaca. Os escritos estiveram sob o olhar da Análise do Discurso, objetivando compreender as diferentes perspectivas do colonizador e do colonizado, por meio de uma abordagem dialética dos documentos, interpretando assim as marcas discursivas presentes. Nesta análise, pelo dispositivo da Análise de Discurso, procurou-se extrair a voz do indígena na sua naturalidade intrínseca, nas técnicas de subsistência, nas marcas de sua organização social, habitação e crenças. Averiguou-se que o colonizado teve seu discurso diluído para a assunção da supremacia do discurso colonizador, não por interesses totalmente ideológicos premeditados, mas sim conduzido pela sua personalidade inconsciente e inerente de subjugação.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Indígenas; Não-indígenas; Relações sociais e culturais.

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros documentos oficiais escritos sobre a conquista europeia no espaço hoje brasileiro - Carta de Pero Vaz de Caminha e Comentários de Cabeza de Vaca- é possível ler impressões que as diferentes culturas manifestaram reciprocamente relatando a paisagem cultural e a interação intercultural. Seus efeitos sociais e políticos se prolongam na contemporaneidade.

Assim esta pesquisa de caráter interdisciplinar (Geografia, Letras e História), sob a supervisão das Professoras Doutoras Sinclair Pozza Casemiro e Nair Glória Massoquim, teve como objeto de estudo esses dois documentos oficiais escritos na

conquista europeia no espaço hoje brasileiro, mas com um diferencial: a análise dos textos sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD). Objetivou-se com a pesquisa compreender as diferentes perspectivas – do colonizador e do colonizado – e suas relações, já marcadas no discurso oficial dos primeiros sujeitos culturais da conquista europeia e ainda presentes na paisagem e nas relações contemporâneas desses sujeitos históricos (índios e não índios).

Esta pesquisa se justificativa no sentido de que considerando que a ocupação não índia do território hoje brasileiro, apesar de toda sua violenta estratégia de aculturação e dominação, não conseguiu suplantar, absorver ou conquistar a cultura indígena, autóctone. Faz-se necessário se desenvolverem pesquisas dessa natureza, para a admissão da distinta visão de mundo, das concepções de tempo e espaço – da sua territorialidade - que ela carrega e que lhe são caras. Faz-se necessário compreender os processos de resistência, (re)territorialização dessa população, buscando subsistência e afirmação de sua cultura tradicional. Portanto, busca-se o reconhecimento da população indígena, em sua subjetividade e a legitimação de suas diferenças, de suas identidades, que só pode ser possível por meio do conhecimento, o qual leva à humanização de sua sociedade e ao respeito aos seus valores, sua língua, seus costumes. Busca-se então, a manifestação das realidades propositadamente apagadas desse momento histórico de contato inicial entre colonizador e colonizado.

Metodologicamente, a pesquisa norteou-se por um jogo interdisciplinar, sob o olhar das Letras, da Geografia e da História, em caráter bibliográfico, inserido numa abordagem dialética, permeado pelo dispositivo da Análise do Discurso. Por tal dispositivo (AD), analisaram-se nos textos as marcas deixadas na paisagem, os elementos linguísticos e discursivos como fatores de resistência cultural e de afirmação identitária, além de associar os conhecimentos advindos da presente pesquisa à questão da territorialidade indígena na perspectiva contemporânea. Entretanto, renunciou-se à pretensão de se “descobrir a verdade” ou “o sentido verdadeiro” nos escritos, pois não é essa a promessa da AD. Pretendeu-se sim, apreender o real dos sentidos manifestos na materialidade linguística e histórica do corpus em análise.

2 AS CARTAS "BRASILEIRAS"

Os dois documentos oficiais sobre a posse do território hoje brasileiro pelos europeus – corpus da pesquisa - podem enunciar já as relações não só estabelecidas nos primeiros contatos efetivos entre índios e não índios como, principalmente, as relações pretendidas pelos colonizadores europeus. São essas intenções manifestas em marcas discursivas e de paisagem cultural nos referidos textos (verbais e não verbais), que interessam em nossa investigação. Elas viabilizam a compreensão do processo colonizador/colonizado e as diferentes possibilidades de interação entre indígenas e não indígenas que ali emergiram e que se refletem ainda hoje na compreensão da territorialidade indígena em espaço nacional.

A Carta de Pero Vaz fora escrita em 1500 e a Carta de Cabeza de Vaca 1541. Segundo Bassi (*et al*, 2012, p. 106), Cabeza de Vaca foi um aventureiro espanhol, que passou pelo Paraná, pela Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, no século XVI. Seu nome era Alvarez Nunez, nascido em Jerez de la Fronteira em 1492 e falecido em Sevilla, em 1558. Era de família nobre e com o espírito aventureiro o que o levou a percorrer vários territórios, entre eles aos Estados Unidos, México, Paraguai, Argentina e Brasil.

Cabeza de Vaca já com 37 anos saiu com 600 homens para o Novo Mundo. Voltaram apenas quatro. Colombo assombrou o mundo ao dizer sobre a nudez dos índios. Cabeza de Vaca assombrou pela aventura de 18 mil quilômetros, a pé, desnudo, cruzando a Flórida, Louisiana, Texas, até chegar ao México. Desta aventura escreveu o relato "Naufregios". Diante de inúmeros naufrégios e outras aventuras aportou em Santa Catarina e guiado pelos índios Guarani adentrou o Paraná. Foi ele quem “descobriu” as Cataratas do Iguazu, antes de entrar em terras paraguaias. Depois de tantas aventuras, foi nomeado governador do Paraguai e por fim voltou a Espanha tornando-se monge até seu falecimento em 1558. Logo, a carta "Comentários" é um auto de defesa de Cabeza de Vaca, escrito por seu secretário e escriba Pero Hernandez, conforme se mostra na linguagem original espanhola:

Después que Dios Señor fué servido de sacar a Alvar Nuñez Cabeza de vaca del capitiverio y trabajos que tuvo diez años em la Florida vino a estos reinos em el año del Señor de 1537, donde

estuvo hasta el año de 40, em el cual vinieron a esta corte de Su majestade personas de Rio de la Plata a dar cuenta a Su Majestad del sucesso de la aramda que allí había enviado don Pedro de Mendoza. (VACA, 2005, p. 5)¹

Por estar à frente de seu tempo, se tivesse permitido a escravidão, os abusos contra os indígenas, certamente não seria condenado, pois estaria seguindo a mentalidade de dominação e escravidão da época.

No tocante à segunda carta analisada nesta pesquisa, assevera-se que o Brasil é o único país do mundo com certidão de batismo: A Carta de Pero Vaz de Caminha escrita do porto seguro de Vera Cruz com data de 1º de maio do ano de 1500 ao El-Rei D. Manuel I. É o “diploma natalício lavrado á beira do berço de uma nacionalidade futura” (ABREU, 1929, p. 299). A armada de Cabral contava com uma frota de dez naus e três navios pequenos, com 1500 a 2000 pessoas. Zarpou naquele domingo ensolarado de março de 1500. Pero Vaz de Caminha estava nesta frota: era cavaleiro mestre de balança de moeda do porto, parte da burguesia erudita. Não era geógrafo, navegador, etnógrafo, cosmógrafo, nem escritor. Faleceu em Calicute, na Índia, com cerca 50 anos, vítima de uma chacina em outubro de 1500, logo após sair do Brasil. A Carta promoveu a dessacralização de crenças seculares e o desmoronar das ideias geográficas empíricas, resultados marcantes dos descobrimentos (SIMÕES, 1999, p. 37). A carta permaneceu inédita por três séculos. São grandes folhas de papel, dobradas em quatro páginas, sendo a ultima subscrita a missiva. Conta com 14 páginas “infolio” de cerca de trinta linhas cada página na ortografia do português arcaico discorrido:

[...] eles porem cõ tudo andam mujto bem curados e mujto limpos e naquilo me parece ajmda mais que sam coma aves ou alimareas monteses que lhes faz ho aar mjilhor pena e mjilhor cabelo que aas mansas./ por que os corpos seus sam tam limpos e tam gordos e tam fremosos que nõ pode mais seer. ejsto me faz presumjr que nõ teem casas ne moradas em que se colham eo aar aque se criam os faz taaes.(CAMINHA, 2001, p. 51).

¹ Depois de Deus Senhor foi servido para salvar Alvar Nunez Cabeza de Vaca do cativo e do trabalho de dez anos na Flórida, nestes reinos veio no ano de Nosso Senhor 1537, onde permaneceu até o ano de 40, que veio para este tribunal de Seu povo, Majestade do Rio de la Plata a perceber Sua Majestade o sucesso da armada que havia enviado Don Pedro de Mendoza.

Como se observa, a língua portuguesa sofreu transformações a partir do séc. XV. O acervo lexical em suas estruturas modificou-se devido à competição com a língua espanhola aqui no território americano. Tais transformações conectam-se sob a égide do Renascimento, dentro dos campos sociais, econômicos, sociais, literários e artísticos (CARVALHO, 2013, p. 12).

Atualmente a carta está na Torre do Tombo, em Lisboa. Foi descoberta por J. Seabra e Silva, guarda-mor desta Torre, em 1766, entre tantos documentos. A carta só ficou disponível em arquivo depois de deixar de ser segredo nesta secretaria, pois antes só altas autoridades tinham acesso a ela (SIMÕES, 1999, p. 38). O escrito também pode ter sido achado entre os documentos que vieram na fuga da corte ao Brasil, em 1808. Foi divulgada pela primeira vez em 1817 pelo presbítero Secular do Grão Priorado do Crato, Padre Manuel Aires do Casal em sua obra *Chorografia Brasilica*, dedicada D. João VI. Depois vieram várias transcrições e publicações (SIMÕES, 1999, p. 12).

3 ANÁLISE DISCURSIVA DA CARTA DE CAMINHA E RELATOS DE CABEZA DE VACA

Na Análise da Carta de Caminha, no processo de comunicação discursiva, temos interlocutores: o enunciador (quem fala) e o enunciatário (com quem se fala), ambos falando de um referente: algo ou alguém (de que ou de quem se fala). Vamos considerar a Carta de Pero Vaz de Caminha um processo comunicativo-discursivo, no qual os sujeitos se colocam em busca de uma interação, cada qual a seu modo, marcados pela situação de comunicação mais básica: quem fala, de onde fala, com quem fala, como fala e por que fala. Por sua vez, esta comunicação – a Carta se marca pelas relações de poder entre os sujeitos, como qualquer processo comunicativo. Mas, o contexto é marcado por uma relação de poder muito especial, dadas as condições históricas do evento: a colonização premeditada do sujeito europeu no solo do Novo Mundo. A Carta se inscreve, pois, nesse aspecto, como um documento oficial. A que modalidade discursiva pertence, ou, perguntando o mesmo de outra forma: qual o modo de funcionamento de seu discurso? Realizando uma análise discursiva das marcas linguísticas que, ideologicamente, definem o

lugar de seu signatário, Pero Vaz de Caminha- é o enunciador da Carta, e é seu enunciatário- o Rei, Sua Majestade D. Manoel, para quem o enunciador escreve.

O locutor, Pero Vaz de Caminha se utiliza dos parágrafos introdutórios - 1 2,3 e 4- da Carta para se apresentar, assim como apresentar a sua intencionalidade, marcando-se pela primeira pessoa do singular “eu”, na narração. No quarto parágrafo – e até o antepenúltimo parágrafo, ele se mistura aos membros da frota, marca-se pela primeira pessoa do plural “nós”, sua função discursiva se altera. Nos três últimos parágrafos, ele retoma a narração em primeira pessoa.

Discursivamente, nesse jogo, Caminha assume a assunção de autoria (ORLANDI,1988, *apud* id.2002, p.76). Nessa função, como locutor, não só “fala”. Não basta falar, na discursividade, mas inserir-se como sujeito na cultura, uma posição no contexto histórico-social. Assume, Pero Vaz de Caminha, diante das instâncias institucionais, seu papel social na sua relação com a linguagem, constituindo-se e mostrando-se autor de um documento oficial - a Carta de Descobrimento português. Como escrivão, segue os cânones do gênero da época, essencialmente monarquista e religiosa.

O primeiro parágrafo se constitui unicamente do vocativo “Senhor”. É um vocativo de reverenciãõ, ou seja, o enunciador se coloca em posição de reverência, de respeito, humildade. Pronome de tratamento da terceira pessoa-de quem se fala, embora se refira a segunda pessoa-com quem se fala é sempre utilizado por enunciador que intenciona distanciamento de seu enunciatário por questão de respeito, mais alta função do destinatário, ou idade superior. Tudo isso se aplica nessa Carta, mas, ideologicamente predomina a mais alta função do destinatário - o Rei D. Manuel.

Adiante o enunciador continua, por coerência, a se dirigir ao enunciatário por meio de expressões que revelam respeito, humildade pela autoridade do enunciatário: Vossa Alteza, vossa terra nova. Os pronomes de tratamento-pessoal oblíquo “vossa” e de tratamento “Vossa Alteza” mantêm a coerência enunciativa de Caminha. As expressões produzem igual efeito de sentido, como “vossa terra nova”, que legitima o poder de posse do Rei, “assim como eu melhor puder” e “para o bem contar e falar” possuem marcadores modais “melhor” e “bem”, desejáveis pela condição de súdito do enunciador. E a expressão completa “assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer” revela o

desapego à vaidade, uma humildade, outra vez, tão cara a quem presta serviços ao Rei.

No quarto parágrafo, as expressões cujo sentido que se busca é, de um lado, limitação, humildade, de outro, dedicação, disponibilidade para a qualidade do fazer ao Rei: “Da marinhagem e singraduras do caminho não **darei** aqui conta a Vossa Alteza, porque o não **saberei fazer**, e os pilotos devem ter esse cuidado”, produzindo sensação de limite, ao tempo em que se afigura aí uma preocupação em se restringir a sua função, no sentido de também se satisfazer com o que faz, de não ser ambicioso. E a expressão “Portanto, Senhor, do que **hei de falar começo e digo:**” traz sentido de responsabilidade, de detalhamento como qualidade do que escreverá.

Quanto aos dêiticos (relação de referência que se estabelece entre uma expressão linguística e um elemento da situação de enunciação) usados pelo enunciador nesses quatro parágrafos e o que eles podem significar, ressalta-se que o enunciador utilizou-se da primeira pessoa do singular, como vemos pelos pronomes negritados nos parágrafos e pela flexão verbal: **deixarei**, **minha**, **eu**, **puder**, **saiba fazer**, **porei**, **vi,me**, **darei**, **saberei fazer**, **hei de falar começo e digo**. Ora, se de um lado isso produz efeito de sentido de responsabilidade, de assumir de fato o lugar de enunciador – e isso teria mesmo que ser feito diante das formalidades como escrivão da frota-, produz efeito igualmente de autoridade discursiva. Como, diante do Rei manifestar tal posição? Isso não geraria certa tensão, um afrontamento, uma disputa de autoridade? De fato, sim. Mas a tensão é aliviada pelas formas de dizer, expressões já comentadas acima, de lisonja, humildade, servilismo, contrapondo-se a esse marco linguístico ideológico de uso da primeira pessoa, uso esse detentor de autoridade no discurso de forma geral e permitindo uma dose menor de poder enunciativo.

Continuando a análise, o enunciador se utiliza dos três últimos parágrafos-antepenúltimo, penúltimo e último – para dar fecho à Carta e para solicitar um pedido particular – que mande, Sua Majestade, o genro dele para a Nova Terra: Nota-se que o uso das flexões verbais e dos pronomes voltam a ser na primeira pessoa do singular, indício de que o enunciador retorna como escrivão da frota: **levo**, **de mim**, **peço**, **me fazer**, **meu**. Entre os quatro introdutórios e esses últimos, o enunciador vai alterar o discurso e se utilizar da primeira pessoa do plural, mesclando sua posição de escrivão ao de membro comum da frota. De outro lado,

repetem-se nesses parágrafos finais, expressões que produzem efeito de sentido de humildade, servilismo: “E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que **levo**, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, **Vossa Alteza** há de ser **de mim** muito bem servida”, **Beijo** as mãos de **Vossa Alteza**”.

Do parágrafo quarto em diante, até o antepenúltimo, como dissemos, o enunciador se misturará aos fatos, colocando-se no lugar misto de enunciador e membro da comitiva para o “descobrimento”. Agora o discurso é alterado para o uso do pronome e a flexão verbal na primeira pessoa do plural “nós”,

Pelos elementos analisados na Carta como dêiticos - por meio de pronomes, flexões verbais e expressões- propusemo-nos a responder se o seu discurso pode se configurar num modo de funcionamento autoritário, polêmico ou lúdico. Concluímos que, apesar de toda a preocupação do enunciador em não distender o discurso, de produzir efeitos de servilidade ao enunciatário, seu Rei, de não se deixar caracterizar como enunciador autoritário, as marcas enunciativas o traem e o discurso, nesse aspecto, perde o rigor e homogeneidade do poder absoluto do enunciatário Sua Majestade, conforme devesse ser pelo contexto histórico e monárquico da época. Discursivamente, o escrivão Caminha, ao apresentar-se como autor nos cânones do gênero em sua época, mostrando-se responsável pela unidade e coerência do que diz, como sujeito, passa de uma multiplicidade de representações possíveis para uma organização dessa dispersão de forma coerente, num jogo interlocutivo que surpreende, entre o uso da primeira pessoa (nos três primeiros e nos três últimos parágrafos), ora do singular, ora do plural.

Com esse jogo interlocutivo de representação do sujeito, sua função tem um destinatário: o Rei, seu principal leitor. Esse leitor é cobrado por um modo de leitura do discurso da Carta já especificado, determinado, também pela sua inserção no social e na história, especialmente naquele evento. O Rei, como leitor privilegiado na Carta, também tem a sua identidade configurada enquanto tal, pelo seu lugar social que define a sua leitura, pela qual é igualmente responsável, como o sujeito autor escrivão da frota. O confronto do político com o simbólico daquele momento histórico de “descoberta” fica muito bem marcado nessas funções do sujeito autor e do sujeito leitor na Carta de Pero Vaz de Caminha, claramente assumidas.

Já na análise da Carta de Cabeza de Vaca , observa-se que o signo-palavra é o mediador das relações do homem com o mundo, com o semelhante e consigo mesmo. A palavra é unidade viva de som e significado, significação, contendo na

forma mais simples todas as propriedades básicas do conjunto de pensamento discursivo. O discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem, é o homem falando (ORLANDI, 2002, p.15), é a história acontecendo. A linguagem como meio de comunicação social, de enunciação e de compreensão se une, em nossos estudos, à história de nossa cultura, como um todo, mediando e agindo as relações que pretendemos estabelecer entre a enunciação indígena e a enunciação não indígena nessa mesma história. Ou seja, a escolha da Análise do Discurso como base teórica para nossa compreensão sobre a história no momento crucial de interação indígena e não indígena nesses primeiros documentos oficiais do contato entre as duas culturas: europeia e indígena.

Nesse sentido, em um texto de autodefesa, Cabeza de Vaca em sua viagem conforme no Brasil, tenta mostrar as maldades de Domingo Martinez de Irala e de seus asseclas ao povo indígena na região de Assunción. A carta mostra matizes da vida colonial nos tempos de 1500. Chamou a atenção de Cabeza de Vaca a unidade da língua, principalmente dos Tupi-Guarani. Narrador com habilidade, a descrição é formada por saltos no tempo, não segue uma “cronologia rígida”. Mostra também a paisagem do Paraná: subtropical densa e úmida, com campos, rios, araucárias, cedros, ipês, perobas e erva mate nativa (SIMÕES, 1999, p. 12). Em certas partes a carta relata que os brancos entendem os indígenas, mas o entendimento não era tão simples assim. Ora, o entendimento era unilateral, uma vez que o colonizador supunha entender o que o indígena queria e assim impunha sua vontade. Quanto as presentes, estes seriam pagamentos. Para não dizer que pagaram e expuseram sua dependência aos índios, escreveu-se que presentes foram dados. Descrição dos Guarani é observada no trecho que segue:

[...] a tribo dos Guaranis: são lavradores que semeiam milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua. Mas também comem carne humana e tanto pode ser dos índios seus inimigos [...] é gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa (VACA, 2005, p 75).

Observa-se que na criação de animais o parâmetro de criação certa é fixada como a forma dos europeus. Os índios apenas "copiaram", mesmo tendo ciência que provavelmente nunca houvera contato de forma tão direta assim antes. Ao

comer carne humana, os índios absorviam a alma guerreira do inimigo. Sem a percepção de alteridade, o relato expõe ao mundo que tal ato era uma ação bárbara, selvagem, sem fim nenhum. No trecho “era impressionante ver o modo que aqueles índios tinham medo dos cavalos [...]” que eram “personagens estranhos por aquelas terras” uma nesga de alteridade, pois fica evidente em certa parte da carta que o europeu se coloca no lugar do índio, declarando que eles, espanhóis eram os estranhos. Fica clara aí a confissão de invasão. O cavalo era animal exótico a paisagem dos indígenas, dono de todas as visões. Obviamente, os Guarani, sempre prudentes, não chegariam perto destes animais.

Nota-se também o espanto dos espanhóis frente a beleza da paisagem. Depois do assombro do belo, viria a ideia de desmatamento pela civilização para plantar ao modo europeu naquelas terras férteis. Há de ressaltar, como no território espanhol, que os indígenas por vezes dissimulavam comportamentos e intenções, talvez aí se insira a concepção de inocência e pureza edênica deles. Na chegada ao Rio Iguaçu, Cabeza de Vaca é o primeiro branco a relatar a contemplação das Cataratas. A paisagem era algo corriqueiro aos nativos. Ao europeu, o assombro, embora este não assuma a contemplação, pela sua pretensa “superioridade intrínseca” de não se surpreender com o diferente de seu cotidiano “civilizado”. Do contato na foz do Iguaçu, observa-se nos escritos, que ambos os lados estavam temerosos e confusos, embora só se descreva que os indígenas assim estivessem. Os indígenas estavam intrigados, mas prontos para o combate, se necessário. Os europeus, por sinal estavam mais temerosos que os indígenas. Embora a carta relate a “posse” daquela terra, eram eles, colonizadores, os invasores. Desta forma, dentro da análise de discurso, o discurso do texto abriga um caráter autoritário, em menor monta; um discurso polêmico e lúdico em maior monta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que o colonizado teve seu discurso diluído para a assunção da supremacia do discurso colonizador, não por interesses totalmente ideológicos premeditados, mas sim conduzido pela sua personalidade inconsciente e inerente de subjugação. A “voz silenciada” do indígena, assim como sua “inativa presença” na paisagem cultural, figura como uma das constatações dos estudos.

Observou-se também que Pero Vaz de Caminha não adentrou o continente, escrevendo a epístola em ambiente seguro e confortável, não tendo influência completa do ambiente que o cercava. Já Cabeza de Vaca, adentrou o continente, vivenciou mais a natureza, percorreu trilhas, enfrentou adversidades, teve contato direto com a fauna e flora brasileira. Uma diferença está aí: Caminha aborda uma visão edênica do Brasil, com intenção de agradar a coroa. Cabeza de Vaca, por meio de seu escrivão, Pero Hernandez tem uma visão mais realística da paisagem e do indígena. Também nota-se outra diferença: a Carta de Caminha tinha o objetivo de agradar ao rei. A de Cabeza de Vaca, era de defender-se do rei, da punição. Nota-se que a ideia vigente era dominar. Caso Cabeza de Vaca escrevesse que havia matado muitos Índios, escravizado outros tantos, usado de toda violência, não seria condenado, pois estaria dentro das mentalidades colonizadora europeia vigente.

No tocante ao homem na paisagem, em comparação aos dois documentos Pero Vaz faz comentários capciosos sobre a nudez das índias, permeado por luxúria e malícia. Cabeza de Vaca, não menciona sobre o assunto, talvez por ele ter convivido com os índios quando andou nu pelos dezoito mil quilômetros no sul dos EUA, da Flórida ao México. Para Cabeza de vaca, não havia espanto. Também se observa que Pero Vaz não faz comentários sobre a nudez dos homens, somente das mulheres, revelando aí a submissão da mulher, um machismo implícito.

Observa-se uma memória cristalizada pelos documentos, que vigora até hoje, como a visão romantizada, inocente e de inferioridade humana e cultural do indígena, a concepção de um Brasil e indígena edênicos, a legitimação do europeu em “descobrir” esta terra e a ideia dogmática dos dois relatos, tomados na contemporaneidade como discurso único e unilateral. Em vários momentos, os dois escritos usam o termo “apossar”, na ideia de que as terras não tinham donos e fronteiras. Tal artifício seria usado na colonização do Paraná, quando antigos moradores foram expulsos de suas terras para fixação de “novos” donos. Vide as questões agrárias do Contestado, dos conflitos de Porecatu, e claro, do aldeamento “dos indígenas em “reservas” demarcada ao olhar de território do homem branco.

Na análise dos elementos linguísticos e discursivos como fatores de resistência cultural e de afirmação identitária, Cabeza de Vaca atesta a surpreendente unidade linguística da etnia Tupi Guarani. Ao ler, sob o dispositivo de análise discursiva, os textos de Pero Vaz de Caminha e de Cabeza de Vaca

sobre o “descobrimento” das terras brasileiras, respectivamente pelos portugueses e pelos espanhóis observou-se a mesma voz de “superioridade”, mesmo com o estilo descritivo simplista de Caminha, mesmo com o respeito de Cabeza de Vaca aos indígenas

Os dois escritos “forçam “uma ideia de que os Índios entendem o que eles dizem, escrevendo como tal. Logo, fica difícil devassar, decifrar a reação real dos indígenas frente aquelas pessoas, portugueses e espanhóis, pois a carta, obviamente tem o olhar e estilo de quem a escreve. Logo, os resultados apontaram ainda mais na direção de que é necessário dar vez e voz ao indígena, voz essa não ouvida nas duas cartas, nem em outros escritos posteriores, que haja assunção dessa alteridade, que o indígena fale mais que nós, o não-indígena, que de objeto histórico, seja ela o sujeito de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de; **O Descobrimento do Brasil**. Sdd Capistrano de Abreu, 1929

BASSI, Luiz; KLEIN, João Carlos; MAFRA, Wanderley; ROCHA, Arléto; **O cara da rua: histórias das ruas, praças e outros logradouros públicos de Peabiru-Pr**. Campo Mourão: Kromoset, 2012.

CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear. 2. ed. São Paulo, Humanitas, 2001.

CARVALHO, Helder Julio Soares de. **Breves considerações acerca do léxico na carta de caminha. Universidade Federal da Bahia**. Disponível em <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(11\)38-51.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(11)38-51.html)>. Acesso em 10 abr 2015.

ORLANDI, ENI. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo, Pontes Editores, 2005.

SIMÕES, Henrique Campos. **As cartas do Brasil**. Ilhéus, Editus, 1999.

VACA, Cabeza de. **Naufrágios e Comentários**. Trad. Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L & M Pocket, 2005.

_____. **Comentários.**, org. Fabio Campana. Curitiba: Col. Farol do saber, 1999.

_____. **Nafragios y comentarios** (en papel). Madrid: Espasa Libros, 2005